



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

319

**Breve nota sobre a controvérsia
sobre a “Produção” no Materialismo Histórico**

Eduardo Barros Mariutti

Novembro 2017

Breve nota sobre a controvérsia sobre a “Produção” no Materialismo Histórico

Eduardo Barros Mariutti

Resumo

O objetivo básico deste Texto para Discussão é apresentar – de forma embrionária e exploratória – alguns elementos e proposições sobre a necessidade e a viabilidade de se ampliar radicalmente o que se entende por “produção” no materialismo histórico. A ênfase nas “unidades produtivas” – i.e. a fábrica, a fazenda, etc. – acabou por colocar na penumbra outras determinações e nuances fundamentais que se manifestam em outras dimensões da vida social, geralmente associadas à “superestrutura”. A proposta básica é, portanto, entender a produção como reprodução conflituosa da própria vida social, algo muito mais abrangente do que a mera produção e distribuição de *objetos* – comida, eletrodomésticos, dinheiro, – entre pessoas, grupos ou classes sociais.

O termo “produção” tende a assumir duas acepções distintas no marxismo. A mais corriqueira deriva da famosa metáfora marxiana da base e superestrutura proposta em *Contribuição à Crítica da Economia Política*.¹ Neste caso, o procedimento básico envolve reduzir o termo “produção” às unidades onde se realizam os processos de trabalho tidos como típicos de um modo de produção determinado. Depois de caracterizar o nível ou o estado das forças produtivas, é necessário é definir como se combinam a forma de existência do trabalho com os mecanismos de exploração: servidão, escravismo ou assalariamento, entendidos como as formas elementares. Dai se desloca a análise para as suas unidades produtivas basilares, entendidas como uma cristalização da articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de

(1) É bastante comum também fazer referência à ambígua carta de Engels à Bloch (21 de Setembro de 1890). Nela Engels reconhece que o fato de muitos jovens darem mais importância à economia do que deveriam é culpa dele e de Marx, pois ambos estavam ressaltando a importância da base econômica frente aos seus adversários (que explicitamente negavam a sua relevância). Engels reforça a noção de determinação da “base” econômica, mas destaca que vários elementos da superestrutura podem influenciar o curso dos acontecimentos e, até mesmo, a forma da economia. É também bastante conhecido o uso que Althusser faz desta carta para problematizar o conceito de determinação, culminando na noção de determinação em última instância pelo econômico (i.e.: a *estrutura* formada pela articulação entre forças produtivas e relações de produção) e, por extensão, a relativa autonomia das diversas instâncias da superestrutura.

produção: a empresa, a aldeia, etc. São nestes locais que os processos fundamentais de um modo de produção têm lugar: a exploração, a formação do valor e, supostamente, a própria reprodução dos elementos fundamentais da sociedade. As demais instâncias da vida social, embora raramente negligenciadas, ocupam apenas um papel secundário, pois supostamente fazem parte de uma superestrutura que é sustentada por esta “base econômica” e, portanto, exerce apenas uma influência residual sobre a marcha da sociedade. Na mesma linha é possível aumentar um pouco a relevância da superestrutura, afirmando que ela *retroage* respondendo aos impulsos que emanam da esfera econômica e, deste modo, exerce de forma indireta a sua determinação sobre a reprodução social. Em ambos os casos, as determinações fundamentais não se encontram na superestrutura.

A outra acepção de produção tende a se afastar da imagem – um tanto exagerada por alguns interpretes posteriores de Marx – da base e superestrutura. Neste caso, por produção deve se entender o próprio processo de reprodução conflituosa do conjunto da sociedade. De um modo geral, estas tentativas sempre esbarram em uma crítica dos mais ortodoxos: ecletismo e até mesmo “circulacionismo”². A proposta deste breve texto para discussão é radicalizar esta tendência, mudando radicalmente o que se entende por “produção”: a *reprodução* social de pessoas (tipos de homens), relações sociais, formas de conduta, sistemas simbólicos e instituições (família, sistemas educacionais e religiosos, etc.). O ponto de partida envolve retomar, com reformulações significativas, alguns elementos desenvolvidos por Louis Althusser³ e, de certo modo, também por Etienne Balibar no começo da década de 1970. O primeiro passo envolve desenvolver um pouco mais o que, à primeira vista, parece um truísmo: para se *pensar* a dinâmica de uma sociedade é necessário compreender como ela se reproduz continuamente. A chave é, portanto, destacar quais são os seus mecanismos de reprodução e, essencialmente, como eles *integram* as

(2) Como o alargamento da noção de produção envolve integrar efetivamente na análise *as formas de redistribuição* do produto social, isto parece colidir com a crítica de Marx à Economia Política vulgar que, hipnotizada pelo mercado, não conseguia enxergar a origem do valor e da exploração. Este tipo de crítica erra o alvo. Entender produção como reprodução conflituosa da sociedade pouco tem a ver com a hipotética operação do mercado. O mercado capitalista (bem como todo e qualquer outro tipo de mercado) está fundamentado em um conjunto de práticas de conduta e instituições – uma moldura institucional complexa, que envolve o direito e diversas instituições públicas e privadas – que não pode ser dele derivado. Logo, no limite, não há como separar a “produção” das formas e mecanismos de redistribuição.

(3) *On the Reproduction of Capitalism: Ideology and Ideological State Apparatuses*. Londres & Nova York: Verso, 2014.

formas mais básicas de exploração e de perpetuação da desigualdade. Portanto, longe de focar apenas nas unidades de produção consideradas típicas é necessário entender a “produção” como *reprodução* do trabalho, das forças produtivas e das relações sociais de produção que, pelo menos nas sociedades divididas em classes, são *simultaneamente* relações de exploração. Portanto, toda “produção” não envolve apenas a reiteração de uma combinação específica entre a distribuição dos meios de produção e a forma de trabalho nas unidades consideradas “produtivas”, “mas também a reprodução dos aparelhos de repressão e as instituições que criam a submissão à ordem estabelecida”.⁴

Se tomarmos como foco *apenas* as unidades de produção geralmente consideradas como “típicas” de um modo de produção, não é possível compreender o movimento real da sociedade em questão e, muito menos, visualizar as dimensões mais profundas da luta de classes. No caso do capitalismo, o foco na empresa – particularmente no chão de fábrica onde, supostamente, se “gera o valor” – é um tipo de mistificação muito comum. Como afirma veementemente Louis Althusser, não é aí que a reprodução da sociedade capitalista ocorre. Dito o mesmo de outro modo: a análise da operação da empresa – que, a rigor, é onde se manifestam os principais *efeitos* das determinações mais fundamentais – pode nos dar alguma idéia sobre algumas das condições fundamentais para a reprodução da sociedade capitalista, mas não nos permite compreender a sua dinâmica e sobretudo, desvelar os seus mecanismos mais profundos. Ainda de acordo com Althusser, o processo de reprodução social – i.é. a reprodução das condições de produção – é muito mais vasto: configura uma espécie de espiral infinita que deve ser pensada como Marx o fez, isto é, em termos “globais”.⁵

Mas o ponto mais interessante, explicitamente ressaltado por Althusser e que nos interessa absolutamente neste esforço de repensar a idéia de produção, diz respeito a outra dimensão do *mesmo* problema: compreender a *reprodução*

(4) Cf. Ibid p. 33. Ver também a página 50-2.

(5) Mas, a despeito desta potencial abertura, Althusser ainda fica preso a um formalismo que *limita* a compreensão do Modo de Produção como *modo de produção da vida social*. O limite fica mais evidente quando ele insiste que um primeiro movimento envolveria um estudo rigoroso sobre *as relações de circulação* do capital entre o Departamento I (produção de meios de produção) e o Departamento II (produção de meios de consumo), desaguando no problema da realização do Mais-Valor (presente nos volumes II e III de *O Capital*). Até aqui, nada de essencialmente novo: é possível fazer tudo isso e permanecer confinado ao universo fantasmagórico da ciência econômica, isto é, às falácias do debate sobre os esquemas de reprodução, temática da qual o pensamento crítico deve se libertar definitivamente.

da força de trabalho como uma cristalização das diversas formas de dominação da sociedade capitalista. O aspecto inicial a ser considerado é que a reprodução da força de trabalho exige, além do mínimo “biológico”, um “mínimo histórico”,⁶ em dois sentidos. O primeiro está diretamente ligado aos efeitos decorrentes do sucesso ou fracasso da *perene* luta política direta dos trabalhadores contra a pressão dos capitalistas para tentar reduzir salários e ampliar ou intensificar a jornada de trabalho. Em condições favoráveis ao trabalho, esse mínimo aumenta. Quando a situação muda, ele pode diminuir. Porém, o problema fica mais nítido no segundo sentido. O trabalhador deve ser reproduzido *enquanto força de trabalho*: deve adquirir competências específicas dentro de um número relativamente grande de possibilidades e, também, internalizar práticas de conduta social “apropriadas” aos postos de trabalho e círculos sociais a que será destinado. Portanto, analisar a reprodução das condições de produção não é nada trivial, já que é exatamente este conjunto extremamente complexo e *variável* de fenômenos que deve ser continuamente reiterado. Porém, no “regime capitalista”⁷ a reprodução deste conjunto de técnicas e habilidades sociais *não* ocorre nas “unidades de produção”, mas, essencialmente, fora delas, isto é, pelo sistema educacional e outras instâncias e instituições – a Igreja, a família, as atividades e práticas esportivas, etc. – destinadas a *reproduzir* a ideologia e as práticas da sociedade capitalista e, deste modo, ajuda a cristalizar as estruturas hierárquicas formais e sobretudo, as informais, que não podem ser observadas imediatamente.

(6) Essa é uma expressão muito desajeitada na boca de um intelectual francês de prestígio. Mas, entre os cultores do formalismo e do suposto rigor das categorias, por “histórico” geralmente se entende contingente, um tipo de fenômeno que só pode dar lugar a *noções ou terminologias descritivas*, isto é, “pré-teóricas”.

(7) Vitimado pelo excesso de formalismo, essa é exatamente a expressão que Althusser utiliza: como ainda não foi consolidada uma teoria da *articulação* dos modos de produção em uma dada formação social (em parte, porque, segundo ele, Marx fez apenas descrições sobre a correspondência entre forças produtivas e relações de produção, mas não formalizou uma teoria sobre a natureza da *unidade* entre FP e RP. Sem esta teoria é supostamente impossível tratar adequadamente da teoria da articulação entre os modos de produção no âmbito das formações sociais concretas, onde o que domina irá garantir a *unidade* da formação social (e, de certo modo, teria de ser compatível com os demais, do contrário, não seria necessária nenhuma teoria: apenas uma simples soma, o que envolveria apenas uma operação de análise combinatória), usar esse termo ambíguo é o máximo que se pode fazer, em sua opinião. Duvido que uma teoria deste tipo seja possível.

Este é um aspecto crucial, que nos permite incorporar elementos de outras tradições do pensamento.⁸ Mas, por enquanto, vamos manter o foco em Althusser: na “diáde sistema educacional-família” as pessoas não aprendem *apenas* os requerimentos técnicos e as habilidades instrumentais mínimas para o trabalho que são nitidamente diferentes: um tipo de currículo forma engenheiros, outros gestores, etc. Junto com isto os indivíduos *internalizam* as regras do “bom comportamento”, isto é, os hábitos, costumes e procedimentos (conscientes e em grande parte inconscientes) que irão possibilitar ou bloquear o acesso a certos postos de trabalho, materializando deste modo os monopólios sociais, um dos componentes essenciais na determinação da estratificação social estabelecida dentro do mesmo *tipo* de fonte de renda (o salário). Ou seja: não se trata apenas de reproduzir as técnicas e qualificações, mas sobretudo, as regras de respeito e submissão à ordem estabelecida e, essencialmente, às suas práticas. (Ibid p. 51-2).

Portanto, exatamente por olhar o problema a partir das condições de reprodução da vida social, Althusser foi capaz de reduzir a migalhas a arraigada tendência mistificadora de centrar o foco na “produção” em sentido estrito, isto é, a empresa e os locais de trabalho. Mas só é necessário segui-lo até aqui. E, para tentar abandonar de vez as formas mais ingênuas de materialismo,⁹

(8) A mais evidente emana de Pierre Bourdieu (em particular, do livro *A Distinção: crítica social do Julgamento* Edusc & Zouk: São Paulo e Porto Alegre, 2007), onde o problema da desigualdade e concentração de renda é pensado levando-se em conta *também* os aspectos imateriais que geram distinção social, isto é, as habilidades cognitivas e emocionais que configuram o *habitus*, transmitidas de forma invisível, na vida familiar e em alguns círculos sociais particulares. A partir daí é possível alterar radicalmente a morna discussão sobre o capital humano, pois, tal como se costuma alegar, a questão não é a falta de investimento na capacitação técnica dos mais pobres, pois este é um mecanismo secundário de precarização. Sem conseguir assimilar o hábito dos autoproclamados “vencedores” – a hierarquia dos gostos e das boas maneiras, que constrói boa parte dos monopólios sociais – ninguém sai de uma posição de inferioridade. Ao lado do patrimônio, o que as classes superiores legam à sua prole é uma herança *imaterial*, que gera identificações subjetivas – e quase inconscientes – que reforçam a endogenia nestas camadas sociais que, portanto, reversamente, tende a perpetuar e naturalizar a desigualdade. O crescimento econômico e a educação técnica não interferem significativamente sobre este tipo de dominação.

(9) “The ultimate weakness of MoP” [mode of production] “approaches, it seems to me, is that they begin from a very naive sort of materialism. ‘Material production’ is assumed to be the production of valuable material objects like food, clothing or gold bullion; all the important business of life is assumed to be moving such objects around and transferring them from one person or class to another.” David GRAEBER “Turning Modes of Production Inside Out: Or, Why Capitalism is a Transformation of Slavery” *Critique of Anthropology*, v. 26 (1) (2006) p. 69.

podemos incluir alguns elementos da perspectiva de David Graeber. A começar por esta passagem:

(...) definitions of capitalism tend to start either from exchange or production. In the first case, one tends to see what makes capitalism unique as lying in the unlimited need for growth: where most systems of market exchange are full of actors trying to get what they feel they want or need, capitalism occurs when profit becomes an end in itself and 'capital' becomes like a living entity, which constantly seeks to expand; indeed, capitalist firms cannot remain competitive unless they are continually expanding. In the second, the emphasis is on wage labor: capitalism occurs when a significant number of firms are owned or managed by people who hire others to do their bidding in exchange for a direct payment of money, but otherwise have no stake in the enterprise. In the industrial capitalism described by Marx, the two appear together, and are assumed to be connected. I would propose a third. The Industrial Revolution also introduced the first form of economic organization to make a systematic distinction between homes and workplaces, between domestic and economic spheres. (This is what made it possible to begin talking about 'the economy' to begin with: the production of people and the production of commodities were to take place in different spaces by entirely different logics.) This split plays a central role in Marx's analysis as well: for one thing, the market's veil of ignorance falls precisely between the two.

A separação *sistemática* entre as unidades onde se realiza o “trabalho” e as unidades domiciliares é uma das características mais marcantes do modo de produção capitalista, embora isto nem sempre seja claramente destacado (muito menos as implicações teóricas e práticas desta característica)¹⁰.

O contraste com uma aldeia medieval é particularmente ilustrativo. É praticamente impossível de se distinguir, na reprodução social dos camponeses, o que é trabalho, religiosidade, aprendizado e lazer. Todas estas atividades estão imbricadas na contínua reprodução das relações familiares e comunais¹¹. É importante destacar que esta forma de colocar o problema coincide parcialmente com a proposta de Althusser quando afirma que, no capitalismo,

(10) É exatamente por isso que, nos termos de Althusser, a “díade sistema educacional-família” pode ocupar um lugar tão proeminente na reprodução das práticas capitalistas, embora isto não seja imediatamente visível.

(11) Precisamente por conta destas características, do seu próprio ponto de vista, seria impossível forjar o conceito de economia na sociedade feudal.

a *tendência* é que a reprodução da qualificação do trabalho não se realize no emprego, mas, crescentemente, fora da “produção”, isto é, pelo sistema educacional capitalista e outras instâncias e instituições¹².

Para finalizar, um último aspecto precisa ser destacado. É no nível das unidades domiciliares que as determinações de classe se entremeiam com as identidades: logo, elas consistem em uma instituição de sociabilidade primária fundamental¹³. Não há dúvida de que a polarização central no capitalismo é entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, e que a forma salário é um traço importante deste tipo de sociedade. Nesse sentido preciso, a polarização entre burgueses e trabalhadores é estrutural.¹⁴ Mas, olhando do ponto de vista de quem efetivamente produz o valor e, também, reproduz os elementos fundamentais da vida social, há diversas outras formas de rendimento: o salário coexiste com, por exemplo, a produção mercantil domiciliar, o trabalho dedicado à conservação da casa e dos seus membros (crianças, idosos, etc.) e, por fim, diversas atividades ancilares geralmente (mal) definidas como “de subsistência”. Essas variadas formas de rendimentos são *combinadas* nas *unidades domiciliares (household)*, definidas como pequenos (e mutáveis) grupos de pessoas (tipicamente entre 3 e 10) que *compartilham* múltiplas fontes de “renda” para *sobreviverem coletivamente*. Logo, estas unidades possuem um papel significativo na reprodução da força de trabalho que, portanto, não depende apenas da massa de salários¹⁵.

O cerne da definição, portanto, é o *compartilhamento dos rendimentos* e isso a distingue de outras entidades sociais em franco processo de enfraquecimento, tais como clãs ou tribos, que compartilham obrigações mútuas de autoproteção, mas não compartilham necessariamente – ou melhor,

(12) O caso mais ilustrativo de reprodução das habilidades para o trabalho *na prática* – de onde, a rigor, sai o termo *oficina* – são as corporações de ofício. Mas, neste caso, o local de trabalho é um lugar *diferente* da vida doméstica do aprendiz, embora a vida na oficina envolva um convívio intenso com o mestre, seu superior. É possível, portanto, marcar uma diferença com o que ocorre nas aldeias medievais e, também, no que ocorre nos locais de trabalho do capitalismo: o aprendiz é um potencial *mestre* e, de completado com sucesso o período de aprendizado, irá abrir a sua própria oficina.

(13) É neste domínio que se reforçam as normas de comportamento concernentes a praticamente todas as dimensões importantes da vida social: a sexualidade, o modo de se portar nas diversas situações sociais, os preconceitos sociais, etc.

(14) cf. Immanuel Wallerstein *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de L’Homme, 1983 p. 288.

(15) cf. Immanuel *World-Systems analysis: an introduction*. Durhan: Duke U. Press, 2004 p. 33 e segs.

fundamentalmente – os “rendimentos”. O ponto é que, a rigor, uma unidade domiciliar pode corresponder a uma *família* (em suas variantes: nuclear, recomposta, monoparental, homoparental etc.), mas não necessariamente, pois ela pode contar – e geralmente isso ocorre – com agregados sem parentesco ou com laços sanguíneos muito distantes, mas que fazem parte da reprodução destas unidades. Há outro elemento importante a ser considerado. Até aqui só foi descrito o conjunto de “rendimentos” de uma unidade domiciliar, mas nada foi dito sobre *como* eles são gastos e, também, como os afazeres e obrigações são distribuídos. De um modo geral, estas unidades são constituídas de forma autoritária e permeadas por mecanismos de dominação que não são “diretamente econômicos”, no (equivocado) sentido usual dessa expressão, um tema fartamente explorado pela ampla bibliografia ligada ao feminismo. Afinal, a criação dos filhos, os afazeres domésticos e demais *trabalhos* essenciais à existência da sociedade são desproporcionalmente executados pelas mulheres, e sequer são reconhecidos como *trabalho*: são atividades socialmente rebaixadas como ocupações triviais e mundanas, muito distintas das tarefas associadas ao mundo da política, das artes e das profissões consideradas dignas. Em suma: de um ponto de vista estrutural, embora só existam *duas classes* – os apropriadores (burgueses) e os produtores de valor (proletários) – os *processos* de reprodução do capitalismo geram formas diversas e *cambiantes* de *identidade* e de *status* que confundem a luta social, ocultando diversas formas de poder e de exploração.

*

Para sintetizar, a proposta geral deste texto para discussão é entender o *conceito* de modo de produção como a prática humana de *produção dos meios de vida* e, portanto, de reprodução da própria vida social, algo muito mais abrangente do que a mera produção e distribuição de *objetos* – comida, eletrodomésticos, dinheiro, – entre pessoas, grupos ou classes sociais. Logo, por produção, de forma prioritária, deve-se entender sempre a reprodução das condições *gerais* de produção em um sentido *diferente* do proposto por Althusser. E esta diferença deriva de dois aspectos formais da sua reflexão. Em *Ler o Capital*, Althusser e Balibar definem uma formação social como uma “totalidade de instâncias” articuladas por um modo de produção particular. No livro que estamos privilegiando neste texto, Althusser usa uma definição diferente: uma formação social envolve a combinação de pelo menos dois – mas geralmente vários – *modos de produção*. O problema está no passo seguinte. Só é possível pensar uma teoria da transformação social depois de realizar dois movimentos teóricos correlatos. O primeiro envolve definir

formalmente e com precisão o problema teórico da *unidade* entre as forças produtivas e as relações de produção. Isto formaria a base para a formação de uma teoria geral sobre as possibilidades de entrelaçamento – isto é, as combinações possíveis e suas características básicas – entre os vários modos de produção. O problema está precisamente neste formalismo que, na prática, empurrou muitos marxistas a exercícios de análise combinatória totalmente estéreis que, no final das contas, ajudaram a esgotar o que há de mais substancial no esforço teórico de Althusser: a sua crítica radical à noção de determinação rígida que levou diversos marxistas ao economicismo “vulgar”. Apesar de propor como possibilidade a construção da ciência *histórica* das formações sociais, Althusser sempre ressaltou que ela jamais conseguiria abarcar o *conjunto* da História e, portanto, jamais seria uma ciência *preditiva*, embora – segundo o seu julgamento – consista no melhor guia para o enfrentamento das contradições no presente.

Isto nos leva ao segundo aspecto que, na realidade, fundamenta o que foi discutido no parágrafo anterior. É necessário descartar definitivamente a noção de “ruptura epistemológica” proposta por Althusser que, como se sabe, visa separar o Jovem Marx do Marx “marxista”. As preocupações ilustradas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* reverberam não apenas em *A Ideologia Alemã*, mas em todo o conjunto de sua obra conhecida. Porém, neste livro que Marx afirma com veemência a tese de que a produção “material” não envolve apenas a produção de objetos, mas também a *reprodução de pessoas e de relações sociais*. Ou melhor: a produção dos objetos está imbricada no mesmo processo de produção de pessoas, relações e instituições sociais que estrutura a sociedade.¹⁶ Mais uma vez, em uma passagem bastante incisiva, Graeber dá um passo importante:

A genuine materialism, then, would not simply privilege a ‘material’ sphere over an ideal one. It would begin by acknowledging that no such ideal sphere actually exists. This, in turn, would make it possible to stop focusing so obsessively on the production of material objects – discrete, self-identical things that one can own – and start the more difficult work of trying to understand the (equally material) processes by which people create and shape one another¹⁷.

(16) cf. David Graeber op. cit. p. 70.

(17) Ibid, p. 71.

Esta orientação exige retomar o problema do fetichismo como uma questão geral. Toda sociedade baseada na dominação é fetichista: não apenas pelo caráter místico muito frequente em rituais e objetos, mas sobretudo pelo fato preliminar de pressupor a existência de uma esfera das ações sociais mais prestigiosas e mais elevadas do que as *meras ações cotidianas* (educar as crianças, cultivar os campos, pagar os impostos, etc.), demasiadamente “mundanas” e, portanto, ordinárias. Esta é outra maneira de *separar* artificialmente uma esfera ideal – as ações virtuosas, desprendidas, etc., – de outra material. É quase um lugar comum afirmar que a força de Marx foi corrigir o que *sempre* apareceu de forma invertida: em toda filosofia anterior, a esfera ideal paira artificialmente sobre a esfera material da qual, na realidade, ela é uma emanção. “Inverter” é uma forma de manter a separação entre material e ideal que, do ponto de vista aqui defendido, não corresponde ao sentido mais frutífero da idéia de materialismo histórico. *Eliminar* esta suposta cisão é o passo decisivo para evidenciar os diversos mecanismos de exploração que se encontram na raiz das sociedades divididas em classes.